

Indicadores de Sustentabilidade em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Turismo no Brasil

Helena A. Costa ¹

Donald R. Sawyer ²

Elimar P. do Nascimento ³

Resumo

O trabalho teve objetivo de apurar como indicadores de sustentabilidade são abordados no monitoramento das iniciativas de arranjos produtivos locais (APLs) de turismo no Brasil, visto que eles têm sido considerados estratégicos nas políticas de desenvolvimento sustentável em escalas local e regional. Portanto, investiga-se como a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento permeia o monitoramento de resultados desses arranjos e suscita-se a discussão acerca da implementação da estratégia de desenvolvimento e da tradução do discurso em instrumentos de gestão. Como metodologia para o estudo, foram apuradas iniciativas de APLs de turismo geridas pelo Sebrae e seus indicadores de monitoramento foram analisados segundo seis categorias de estudo: escopo, esfera, dados, interface, participação e gerenciamento. A partir da análise realizada, os indicadores empregados no monitoramento dos APLs de turismo pelo Sebrae se mostraram bastante coerentes com os objetivos expressos pelos projetos individualmente e, simultaneamente, pouco vinculados com a noção sistêmica de sustentabilidade, além de oferecer espaço limitado às preocupações ambientais. A principal conclusão mostra que o escopo dos projetos, em termos de objetivos, resultados e indicadores, concentra-se na dimensão econômica e não contempla, na maioria expressiva dos projetos, outras dimensões inerentes à sustentabilidade (social, ambiental, político-institucional e cultural). Portanto, os instrumentos de gestão aplicados no acompanhamento das intervenções em APLs são limitados quanto à visão integradora da sustentabilidade e quanto à resposta que dão à essência da estratégia.

Palavras-chaves: APL; turismo; indicadores; desenvolvimento sustentável; Brasil

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável (Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), Mestre em Turismo e Hotelaria, Administradora de Empresas. Email: helenacosta@unb.br;

² Doutor em Sociologia pela Harvard University; Pós-Doutor em Ciências Sociais pela University of Florida; Pós-Doutor em Saúde Coletiva pela Yale University. Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Diretor do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN. Email: don@ispn.org.br;

³ Doutor em Sociologia pela Université de Paris V (René Descartes); Pós-doutor em Ciências Sociais pela EHESS - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris; Diretor do CDS/UnB. Email: elimarcds@gmail.com.br

1. Introdução

Arranjos produtivos locais (APLs) podem ser definidos como “aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem” (MCT, 2006, s.p.). Esse conceito nitidamente está relacionado com a noção de planejamento regional e fenômenos vinculados à economia de aglomeração, tendo a localização e a cadeia de valor como aspectos relevantes.

A concepção de APL, um termo utilizado no Brasil para as aglomerações citadas, remete à fusão de conceitos advindos das experiências italianas com distritos industriais e dos *clusters* norte-americanos (CAPORALI e VOLKER, 2004). Os protagonistas desses sistemas são as empresas de micro, pequeno e médio portes, com relações de cooperação em torno de uma cadeia produtiva a fim de construir vantagens competitivas para o local, a região e as próprias empresas⁴.

Apesar de grande parte da literatura sobre o assunto ter sido originada em países desenvolvidos, os sistemas produtivos locais têm inspirado, recentemente, um melhor entendimento de seu papel nos países em desenvolvimento (CASSIOLATO e LASTRES, 2002; 2004). Enquanto nos primeiros as políticas públicas voltadas para os sistemas produtivos locais buscam fomentar, em primeiro plano, a inovação e o aprendizado, em países em desenvolvimento, as preocupações essenciais repousam no dinamismo do desenvolvimento (SANTOS, DINIZ e BARBOZA, 2004).

No Brasil, tem sido enfatizado o crescimento econômico e a redução das desigualdades por meio do potencial multiplicador que estas iniciativas de cooperação oferecem (HASTENREITER FILHO e SOUZA, 2004).

Os APLs são tidos como estratégia de inclusão social (MCT, 2006) e de desenvolvimento para o País, o que pode explicar o interesse do Ministério da Integração Nacional (MIN, 2006) em tratar deles em alguns de seus estudos de caso, chamando atenção para o potencial de gerar desenvolvimento local e adensamento das relações entre partes do território nacional.

Os órgãos relacionados a APLs, não raro, trazem no discurso esse modelo organizacional como uma maneira de promover crescimento econômico, gerar novos empregos e, por conseguinte, produzir bem-estar social aos seus participantes e à comunidade local incluída (MDIC, 2006; SEBRAE, 2005a; BNDES, 2004). Algumas vezes, os argumentos apóiam-se explicitamente na proposta de construção de desenvolvimento sustentável, como o Sebrae (2006), chegando a apontar a política pública de estímulo de APLs como políticas não econômicas, mas sociais em sua essência, tendo em vista o alcance de resultados socioeconômicos das localidades em que se desenvolvem com plenitude.

Merigue (2000) e Mamberti e Braga (2004) afirmam que nas atuais discussões sobre desenvolvimento local, tanto o modelo de arranjos produtivos locais quanto o incentivo ao desenvolvimento da atividade turística têm sido amplamente apontados como possíveis alternativas. Afinal, o setor turístico é majoritariamente composto por pequenos negócios aglomerados territorialmente em um destino, que podem se valer da cooperação para articular sua prestação de serviço e alcançar melhores patamares de competitividade (UNIÃO EUROPÉIA, 1998; WANHILL, 2000; UNIDO, 2001; COMISSIÓN EUROPEA, 2003; PAVLOVICH, 2003).

Do ponto de vista da sustentabilidade, conhecem-se impactos do turismo em âmbitos socioambientais e econômicos, sejam eles positivo ou negativos. Ou seja, para ser sustentável, é preciso que o turismo seja sustentado economicamente, mas também ambientalmente prudente e socialmente incluyente (WTO, 2004). Para a UNEP (2005), a sustentabilidade do turismo está ligada ao fato dos impactos positivos superarem amplamente os negativos ou custos.

Considerando o APL da perspectiva de uma alternativa de organização produtiva com objetivo de construção do desenvolvimento sustentável, suscita-se aqui a discussão acerca da implementação da estratégia de desenvolvimento e da tradução do discurso em instrumentos de

⁴ Casarotto Filho e Pires, (1999); Meyer-Stamer, (1999); Amato Neto (2000); Becattini (2002); Pyke e Sengenberger, (1993); Molina-Morales e Hoffmann (2002); Suzigan, Garcia e Furtado (2002); Andion (2003) e Pavlovich (2003); Cassiolato e Lastres (2002; 2004).

gestão. Portanto, investiga-se como a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento permeia o monitoramento de resultados desses arranjos.

O artigo foi estruturado em três partes seguidas pela conclusão. A primeira consiste na revisão teórica com intenção de articular os conceitos de APL e desenvolvimento sustentável, concluindo com uma visão panorâmica sobre indicadores de monitoramento para desenvolvimento sustentável⁵. A segunda parte traz os aspectos metodológicos do trabalho e a terceira, por sua vez, apresenta as iniciativas apuradas em termos de APLs de turismo no Brasil e as análises conforme as categorias propostas na metodologia. Por fim, apresentam-se as considerações finais, as limitações da pesquisa e as sugestões de estudos futuros.

2. Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Sustentável

Arranjos produtivos locais (APLs) são aglomerações de empresas ou produtores a que são atribuídas as capacidades de promover ação conjunta e, conseqüentemente, saltos de competitividade (SAWYER e LOURENÇO, 2001). O APL pode ser entendido: "como estratégia para aumento da competitividade, incremento da atividade empreendedora, geração de sustentabilidade e inclusão dos micro e pequenos negócios nas políticas de desenvolvimento do Brasil" (SEBRAE, 2003, p.05).

Cerca de vinte e três (23) órgãos diferentes, entre públicos e privados, têm trabalhado a fim de elaborar políticas destinadas exclusivamente a apoiar a formação dos arranjos produtivos locais (BNDES, 2005). Suzigan *et al.* (2003) apontam os Sebrae nacional e estaduais, BNDES, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), IPEA, secretarias estaduais, FIESP como algumas das instituições que se ocupam atualmente de estudos e ações de fomento a APLs. Merece destaque as ações do MDIC, que apresenta um grupo de trabalho permanente para o assunto (GTP APL) composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais de abrangência nacional (MDIC, 2006).

As estatísticas sobre o número de APLs no Brasil não coincidem entre as fontes oficiais, dificultando uma identificação consistente no que diz respeito ao âmbito de implementação da estratégia. Entre os anos de 2003 e 2005, divulgaram-se valores bastante distintos tais como: 194 conforme o estudo de Puga (2003 *apud* BNDES, 2005); 230 conforme o Sebrae (CAPORALI e VOLKER, 2004); 400 conforme o BNDES (2005) e 955 segundo o MDIC (2006), que realizou a atualização do levantamento dos APLs no País⁶.

Independentemente da natureza do serviço ou produto que produzem, os APLs apresentam possibilidade de fazer avançar a geração de externalidades positivas (BARBOZA, 2004, p. 14). Afinal, podem impactar em incremento da produtividade, interiorização do desenvolvimento, aumento da base de renda da população, crescimento das exportações, entre outros benefícios (CAPORALI e VOLKER, 2004), que podem ser tomados como incrementos não apenas ao crescimento, mas ao desenvolvimento, tomando a diferenciação esclarecida por autores como Duarte e Whermann (2002), Buarque (2004), Sachs (2002, 2004) e Veiga (2006).

Suzigan *et al.* (2003) esclarecem a importância que os APLs vêm adquirindo na geração de empregos e bem-estar social, crescimento econômico, exportações e desenvolvimento tecnológico, fazendo uma relação nítida entre eles e seu potencial de gerar desenvolvimento local.

Sachs (2002, p.115), por sua vez, vincula a noção de desenvolvimento sustentável ao fortalecimento de pequenos empreendimentos no Brasil. Quanto aos APLs, ele entende que "contribuem para uma maior competitividade e também para a resiliência do conjunto dos empreendimentos neles integrados".

⁵ Quanto aos indicadores de sustentabilidade isoladamente, o interesse desse trabalho não é oferecer um inventário ou análise crítica extensa daqueles existentes, considerando que há obras interessantes de grupos dedicados ao assunto como o IISD (*International Institute for Sustainable Development, 2004*) e o NSSD (*National Strategies for Sustainable Development, s.d.*) e livros recentes que compilam interessantes pensamentos sobre mensurações de desenvolvimento sustentável como Van Bellen (2005) e Veiga (2006).

⁶ Esse mapeamento e as informações, que fazem parte do desenvolvimento de Sistema de Informação para APLs, em construção, são oriundos de 23 diferentes instituições governamentais e não-governamentais, federais e estaduais, com atuação nesse tema.

Valendo-se de nomenclatura diferenciada, mas de lógica similar, Tonedo Jr. (2004, p. 35) entende *pólos de desenvolvimento integrado* como estratégias de desenvolvimento local e regional baseado em concepções de clusters e de capital social, com potencial de “gerar o círculo virtuoso e o processo de desenvolvimento sustentável”.

Na literatura não foi encontrada nenhuma linha de argumentação que discorde do que foi mostrado ao longo dessa seção quanto aos APLs e seu potencial de gerar desenvolvimento, dificultando a contra-argumentação embasada em literatura. De maneira interessante, algumas ponderações sensatas são feitas sobre o perigo que há em tornar essa orientação de APLs simplesmente um modismo, sem que sejam usados argumentos racionais para embasá-la (CAPORALI e VOLKER, 2004). Como Suzigan *et al.* (2003) chamam a atenção o desconhecimento de critérios metodológicos para se trabalhar com APLs pode gerar desperdício de recursos de instituições públicas e privadas, como eles reconhecem estar acontecendo.

Assim, uma boa forma de avançar e melhor precisar a discussão é oferecer uma abordagem em relação aos instrumentos de gestão da estratégia, especialmente de monitoramento de seus resultados.

3. Monitoramento de Desenvolvimento Sustentável

Para garantir o sucesso de uma estratégia, é preciso saber se os resultados estipulados têm sido alcançados e, para isso, são realizadas mensurações apoiadas em indicadores. As principais funções dos indicadores são as de propiciar a avaliação de tendências e condições em relação a metas; a comparação entre lugares e situações (BOSSEL, 1999); o acesso a informações e a antecipação de futuras condições (CGEE, 2006).

Certamente, os resultados esperados têm estreita relação com valores da sociedade e dos planejadores, sendo uma escolha inerentemente subjetiva. Afinal, indicadores escolhidos refletem de alguma maneira como aquela sociedade interpreta o mundo e como ela toma decisões, refletem os valores das pessoas e criam ou reforçam atitudes conforme suas mensurações (MEADOWS, 1998; VAN BELLEN, 2005).

Algumas perguntas centrais podem ser expressas quanto a indicadores de sustentabilidade: como sabemos se dada estratégia para o desenvolvimento sustentável está obtendo sucesso ou está no caminho correto? Como reconhecer o desenvolvimento sustentável? (NSSD, s.d.; BOSSEL, 1999).

Desenvolvimento sustentável pode ser refletido por uma variedade de fatores sociais, econômicos e ambientais interconectados entre si e com dimensões temporais de longo prazo (CALLENS e TYTECA, 1998). Conforme os mesmos autores enfatizam, o desenvolvimento sustentável deve ser monitorado constantemente por ser um processo dinâmico em que as metas devem ser periodicamente revistas.

Um dos maiores desafios ao se tratar de estratégias de desenvolvimento sustentável reside exatamente na maneira apropriada de se mensurar e monitorar resultados. Afinal, a idéia de sustentabilidade expressa a interdependência entre pessoas e o mundo ao redor, buscando a persistência de características necessárias e desejadas para as pessoas, as organizações, as comunidades e os ecossistemas em um longo período de tempo ou indefinidamente (HARDI e ZDAN, 1997).

Agravando a dificuldade de mensuração, não apenas com impactos efetivos se preocupa a lógica da sustentabilidade, mas também com os riscos potenciais e latentes impostos à perpetuação dos ecossistemas e espécies (POLLARD *et al.*, 2004).

Além da dificuldade temporal para o monitoramento, o conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe a articulação orgânica entre três grandes conjuntos interligados e com características e papéis diferentes, mas complementares no processo de desenvolvimento (BUARQUE, 2004). Para Buarque (2004), essas três dimensões seriam: (1) elevação da qualidade de vida e equidade

social; (2) eficiência e crescimento econômicos; (3) conservação ambiental. E, facilmente admite-se a complexidade envolvida em cada esfera e na conexão entre elas.

Hardi e Zdan (1997) lembram que o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas sim uma construção social que nos leva a considerar o longo prazo e o nosso lugar no ecossistema, sendo uma coevolução entre sociedade e natureza (BOSSSEL, 1999).

Existe na literatura uma grande variedade de metodologias que se propõem a acompanhar e relatar o desenvolvimento sustentável como mostram Hardi e Zdan (1998), Bossel (1999), Barret e Scott (2001), Van Bellen (2005) e Veiga (2006), entre outros incontáveis indicadores isolados que não fazem parte de sistemas de monitoramento.

Van Bellen (2005) levantou em pesquisas bibliográficas a existência de 18 metodologias de indicadores de sustentabilidade, fossem eles representados por índices agregados, sistemas de indicadores ou indicadores isolados. Apesar da disponibilidade de diversos sistemas de avaliação de sustentabilidade, ele chama a atenção para a carência de aspectos mais complexos como a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento sustentável; a transparência do processo; os tipos de variáveis investigadas; o recorte transversal das metodologias, entre outros problemas.

Quanto à avaliação de iniciativas similares àquelas de APLs, a experiência mais passível de paralelos e apropriações foi a de Tonedo Jr. (2004), em que ele propôs uma metodologia para aferir resultados dos pólos de desenvolvimento integrado apoiados pelo Banco do Nordeste. Entretanto, em sua proposta de avaliação não aparece expresso pelo autor o compromisso de monitorar o desenvolvimento sustentável vinculado aos pólos, mas sim o aspecto econômico de seus impactos e a adesão aos projetos. A partir disso, ele construiu um sistema de avaliação que conta variáveis tais quais: dinâmica populacional; produção agropecuária; emprego e estabelecimentos; operações de crédito; desempenho econômico dos estabelecimentos; melhoria de condições de vida das famílias; grau de conhecimento e participação nas atividades do pólo; e, atividades conjuntas com outras empresas.

Nesse caso, algumas das dificuldades inerentes ao monitoramento do desenvolvimento sustentável de iniciativas como APLs transparecem. Entre elas estão a escala de aferição de resultados. Afinal pode-se considerar a empresa, as famílias, o município ou o recorte heterodoxo da abstração que é o arranjo. Segundo Caporali e Volker (s.d., p. 04):

tudo se torna ainda mais complexo quando se debruça sobre a análise de certo percurso para que um grupo de pessoas independentes entre si como empresários ou instituições independentes consigam criar um processo de ações coletivas com resultados eficazes.

Além disso, o ambiente econômico aberto da cidade possibilita trocas com o exterior, tornando difícil isolar resultados ou atribuí-los às intervenções promovidas pela organização dos arranjos, visto que as mudanças já poderiam estar em curso, principalmente aquelas sociais que demandam longos períodos. Então, as dificuldades próprias do monitoramento do desenvolvimento sustentável podem ficar amplificadas frente à lógica dos APLs.

4. Metodologia

A pesquisa empreendida foi composta de dois momentos. O primeiro deles, de cunho exploratório, teve como objetivo compreender a atuação em APLs de turismo dos principais órgãos vinculados à temática: Ministério do Turismo (MTur) e Sebrae. Foram realizadas revisões documentais/bibliográficas e entrevistas não-estruturadas com um gestor do Sebrae e outro do MTur.

Como o MTur não apresentava sistema de monitoramento no sentido restrito, o segundo momento, de caráter descritivo (MALHOTRA, 2001), teve coleta de dados na base do Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR) do Sebrae. Em acesso permitido a visitantes, foram encontrados dez APLs de turismo e seu acompanhamento detalhado. Esses casos tiveram seus indicadores analisados nas duas primeiras semanas de julho de 2006 de acordo com categorias pré-estabelecidas.

As categorias e características analisadas foram baseadas nos direcionamentos contidos nos Princípios de Bellagio (HARDI e ZDAN, 1997), no trabalho de Van Bellen (2005) de comparação entre sistemas de avaliação de desenvolvimento sustentável e em contribuições de sistemas de indicadores como o *dashboard of sustainability*, compondo as categorias de análises, apresentadas no quadro 1.

| Categoria de Análise | Aspecto analisado | Características observadas |
|-----------------------------|--|--|
| Esfera | Unidade espacial de aplicação da ferramenta/medição | <ul style="list-style-type: none"> • Municipal • Regional • Estadual • Nacional |
| Dados | Quantidade de indicadores e Tipos de dados utilizados e nível de agregação | <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de indicadores • Qualitativos • Quantitativos • Agregados - índices • Desagregados – indicadores ou dados primários • Padronização das medidas |
| Interface | Grau de facilidade de visualização dos dados e interpretação de resultados | <ul style="list-style-type: none"> • Facilidade de acesso • Permissão de acesso público • Auto-explicação • Uso de maneiras alternativas de representação • Atualização dos dados |
| Escopo | Dimensões empregadas de sustentabilidade, prazo da mensuração. | <ul style="list-style-type: none"> • Social • Econômica • Ambiental • Institucional • Visão longo prazo/curto prazo |

Quadro 1 – Categorias de análise do sistema de monitoramento de APLs de turismo
 Fonte: elaboração própria a partir de Van Bellen (2005), Hardi e Zdan (1997)

Com o uso da base de dados eletrônica de monitoramento dos projetos de APLs de turismo do Sebrae (SIGEOR), foi possível conhecer escopo, esfera, dados e interface dos indicadores⁷. Os dados apurados foram compilados e analisados de modo qualitativo e agregado.

5. APLs de Turismo no Brasil

Em turismo, constam 48 APLs distribuídos em 18 estados brasileiros, segundo consulta à base de dados do MDIC (2006).

Entre as entidades pesquisadas, o Sebrae é aquele que tem envolvimento em maior escala com APLs de turismo⁸. De acordo com o Sebrae, em divulgação durante o II Salão do Turismo, existem 18 projetos de APLs de turismo em andamento no Brasil nos quais o órgão atua. Entretanto, desses citados somente dez constam no sistema de gerenciamento por resultados disponível ao público (Quadro 2).

⁷ Foram previstas, ainda, duas outras categorias para análise (participação e gerenciamento). Entretanto, com os dados disponíveis, não foi possível conhecer tais aspectos. Assim, ficam previstas para a continuidade da pesquisa.

⁸ Enquanto o Sebrae possui uma estrutura mais formalizada e um sistema computadorizado de acompanhamento das atividades e dos indicadores, o MTur encontra-se em uma fase de consolidação de metodologia, portanto sem um acompanhamento formal e institucionalizado dos resultados e sem a construção de indicadores. Por essa razão, a partir desse momento, o trabalho irá referir-se àqueles trabalhados pelo Sebrae.

| APL | Municípios | UF | Público-alvo local | Objetivo Geral |
|--------------------------|------------|----|---|--|
| Costa Leste | 6 | MS | Empresários de turismo Guias Artesãos | Aumentar a ocupação de hotéis e atrativos Aumentar as vendas de artesanato Integrar e consolidar o destino |
| Pantanal Sul | 4 | MS | Empresários e empreendimentos do turismo Artesãos | Aumentar a ocupação de hotéis Aumentar o fluxo em atrativos Aumentar a venda de artesanato |
| Terra Cozida do Pantanal | 5 | MS | Micro e pequenas empresas do turismo Artesãos | Aumentar a ocupação de hotéis e atrativos Aumentar as vendas de artesanato Consolidar o destino |
| Bonito | 1 | MS | Empresários do turismo | Aumentar a ocupação da capacidade instalada na baixa estação de maneira integrada, competitiva e sustentável |
| Costa dos Corais | 8 | AL | Micro e pequenas empresas formais e informais | Consolidar o destino Tornar o destino sustentável |
| Região das Lagoas | - | AL | Micro e pequenas empresas formais e informais | Consolidar o destino Tornar o destino sustentável |
| Rota Missões | 23 | RS | Micro e pequenas empresas do turismo - formais e informais Produção agregada: artesãos e insumos | Consolidar o destino Aumentar competitividade das pequenas empresas turísticas Qualificar as MPes Promover o destino Ampliar mercados do destino |
| Serra Gaúcha | 24 | RS | Micro e pequenas empresas do turismo Produção agregada: artesãos e insumos | Aumentar competitividade das pequenas empresas turísticas do roteiro Qualificar as MPes Promover o destino Ampliar mercados do destino |
| Costa Esmeralda | 4 | SC | Micro e pequenas empresas do turismo | Aumentar competitividade da cadeia produtiva do turismo Aumentar fluxo turístico |
| Grande Florianópolis | 22 | SC | Empresas do turismo, transporte e de eventos | Promover desenvolvimento do turismo e do lazer na região Otimizar baixa estação Incrementar fluxo turístico Melhorar estrutura do turismo |

Quadro 2 – Perfil dos APLs de turismo promovidos pelo Sebrae no Brasil
Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no SIGEOR (SEBRAE, 2006).

Totalizando os dez projetos, 99 municípios estão envolvidos⁹ em quatro unidades da federação (UF). O estado do Mato Grosso do Sul possui a maior parte dos projetos de APL de turismo conduzidos pelo Sebrae no Brasil, sendo quatro dos dez monitorados. Em seguida, tem-se o estado de Alagoas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cada qual com dois projetos. Segundo o monitoramento, apenas três dos projetos se desenvolvem dentro do prazo, enquanto os demais demonstram pontos críticos que precisarão de mais tempo do que o programado até julho de 2006. O APL com a maior parte das ações concluídas até o momento investigado foi aquele de Florianópolis.

Os projetos de APL de turismo do Sebrae têm como público-alvo micro e pequenos empresários do setor de turismo, abrangendo meios de hospedagem, alimentação, transportes, guias,

⁹ Apenas o projeto APL Lagoas não informava os municípios participantes.

entretenimento, lojistas, serviços de suporte e produção associada (entendida como artesanato na maioria dos casos). Há casos em que é explicitado o enfoque em atividades formais e informais, mas em grande parte são citados apenas os empresários de negócios de pequeno porte, não ficando clara a abertura para os informais. Não existe informação disponível sobre todos os APLs quanto ao número de empresários e artesãos envolvidos, mas apenas a título de exemplo para se mostrar o alcance de um dos APLs, tem-se naquele da Costa dos Corais (ALAGOAS, 2006) cerca de 350 empreendedores envolvidos, entre empresários e artesãos.

Entre os cinco APLs que divulgaram seus parceiros dos projetos, podem ser vistas instituições de financiamento como bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste), instituições de ensino (escolas técnica, universidade), instâncias de governo local e estadual (prefeituras, secretarias de turismo, etc), bem como associações civis (moradores) e de classes (ABRASEL, Fecomércio, ABIH), além de órgãos do Sistema S (Senac, Sebrae) e os *Conventions&Visitors Bureaux*.

Percebe-se a tímida presença da academia entre os parceiros dos projetos, estando presente apenas em dois dos casos estudados que divulgaram seus parceiros no SIGEOR, ainda que a literatura sobre redes de pequenas empresas frequentemente enfatize a importância e necessidade de vínculos com institutos de pesquisas e universidades em virtude da preocupação com a inovação de processos e produtos.

Cada projeto de APL de turismo apresenta seu próprio objetivo geral. A maioria dos projetos declara ter como objetivo aumentar a ocupação e/ou o fluxo de turistas, bem como aumentar a venda de artesanatos, destoando do discurso mais abrangente do desenvolvimento sustentável. Em seguida, apresentam-se os destinos que objetivam aumentar a competitividade das pequenas empresas e/ou do destino como um todo, também mostrando a preocupação com ampliação da fatia de mercado. Isso chama atenção pelo fato de que apenas aumentar essas capacidades, ou seja, oferta e consumo do espaço e de outros bens atrelados, pode ser danoso para a sustentabilidade local, a depender do modo como os recursos são utilizados.

Apenas três dos APLs expressaram em seus objetivos gerais a preocupação com a sustentabilidade do turismo na localidade e nenhum manifestou a preocupação com o desenvolvimento local sustentável de maneira declarada ou colocou entre seus objetivos algum que dissesse respeito às esferas social e ambiental, como atesta a maior parte dos discursos oficiais que justificam o enfoque em APLs como política pública.

6. Monitoramento de Indicadores nos APLs de Turismo

Os APLs de turismo estudados são monitorados conforme seu público-alvo; área de atuação; objetivo geral, foco estratégico; premissas; resultados (intermediários e finalísticos); ações; andamento; mensurações; parceiros e gestores. Os resultados apurados dessa análise serão apresentados a seguir conforme a orientação das categorias estabelecidas na metodologia do trabalho.

A **Esfera** foi compreendida como a unidade espacial de aplicação da ferramenta e da medição dos indicadores (VAN BELLEN, 2005), nesse trabalho sendo caracterizada como global, estadual, regional ou municipal.

Todos os projetos investigados apresentaram indicadores medidos em âmbito municipal para representar, agregadamente, a região que o APL abrange. Dessa maneira, regional fica entendida não como a usual divisão política do território adotada pelo IBGE, mas como a concentração geográfica dos municípios do APL, ou seja, o território compreendido pela soma dos municípios.

Quanto aos **Dados**, considerando-se a quantidade de indicadores, os tipos de dados utilizados e o nível de agregação, buscou-se reconhecer quantos indicadores foram empregados no sistema, se eram qualitativos ou quantitativos, agregados em índices ou desagregados e se apresentavam padronização das medidas.

Foram totalizados 37 indicadores no sistema de monitoramento dos APLs em estudo, todos quantitativos e desagregados. Ou seja, não houve descrições qualitativas e nenhum dos dados foi apresentado como índice, ou seja, condensando diversas medições complementares com pesos atribuídos no cálculo. Todos foram apresentados desagregadamente como indicadores ou dados primários, sendo a medida representativa para o APL e não para cada município do arranjo, como mencionado no item anterior. Na metodologia explicada para o cálculo dos indicadores não se esclarece qual foi o plano amostral da coleta de dados, ou seja, não fica clara a participação de cada município envolvido no número resultante e a maneira como eles foram compilados.

A maioria dos projetos, totalizando sete entre os dez, apresentou três indicadores, sendo um para cada resultado finalístico almejado, sendo os mais repetidos aqueles referentes ao fluxo de turistas, presente em todos os casos, e a taxa de permanência, incidente em seis dos arranjos. Quando desconsiderados os indicadores que têm a mesma intenção explícita de mensuração, ou seja, que se repetem entre os casos, constataram-se 13 indicadores conforme a listagem que segue:

- Fluxo turistas
- Media permanência
- Peças artesanato vendidas
- Eventos captados
- Renda média dos artesãos
- Aumento de postos de trabalho
- Taxa de ocupação hoteleira
- Número de associações
- Empregos mantidos na baixa estação
- Padrão de qualidade serviços/produtos turísticos
- Oferta de novos produtos turísticos
- Faturamento de micro, pequenas e médias empresas
- Certificação de hotéis

A **Interface** do sistema de monitoramento pode ser entendida como a maneira segundo a qual os dados são apresentados, o grau de facilidade de visualização dos dados e de interpretação de resultados (VAN BELLEN, 2005). Nesse trabalho, interface foi caracterizada de acordo com a facilidade de acesso; permissão de acesso público; facilidade de interpretação; auto-explicação; uso de maneiras alternativas de representação e atualização dos dados. Apesar de se mostrar um aspecto operacional, pode ser de extrema relevância por ser a apresentação ao usuário e ao gestor, que pode encorajar ou dificultar a alimentação da informação e/ou uso para os fins a que os indicadores se destinam.

Verificou-se a padronização da interface, ainda que não dos dados disponibilizados por cada projeto. Os dados podem ser considerados tanto de fácil acesso quanto permitidos ao público por estarem disponíveis na internet no site do Sebrae para entrada de visitantes. Também poderia ser apontada a facilidade de interpretação em razão dos tópicos serem claros e presentes em todos os projetos.

As maneiras alternativas de representação, barras de andamento e gráficos de porcentagens apresentando pontos críticos de realização e de despesas financeiras, podem ser apontadas como facilitadores da interpretação na interface. A atualização dos dados também foi constatada em grande parte dos projetos, que tiveram seus dados atualizados no mês de realização da consulta, permitindo o oferecimento de dados não-defasados para o usuário e demonstrando que o sistema de monitoramento ocupa lugar de destaque na gestão dos projetos.

Para o entendimento do **Escopo**, foram consideradas quatro dimensões de sustentabilidade (econômica, social, ambiental e institucional) e o prazo a que se referem os indicadores para compor a categoria *escopo* do sistema de monitoramento. Para se responder a essas questões, foram apurados os indicadores estipulados para cada objetivo de cada projeto, buscando relacioná-los com a dimensão de sustentabilidade atendida pelo indicador e conhecer o prazo a que se propunha, podendo ser eles de curto alcance ou longo.

De modo geral, conforme mostrado no quadro 3, os indicadores se mostraram bastante coerentes com os objetivos dos projetos, apresentados na seção anterior, e pouco vinculados com a noção sistêmica de sustentabilidade.

Em todos os projetos analisados, foram estipulados indicadores em termos econômicos, tanto de fluxo de turistas quanto de número de hóspedes em hotéis ou taxa de ocupação hoteleira, conforme explicitado nos objetivos gerais dos projetos. Em grande parte dos projetos, foi priorizado o aumento da permanência do turista no destino e/ou vendas de artesanatos ao lado dos dois primeiros citados, sem declarar preocupação com os impactos ambientais que podem acarretar.

Todos se mostraram com focos de curto prazo, englobando mensurações e busca de resultados no horizonte temporal de um ou dois anos. Tal dimensionamento temporal poderia ser considerado inadequado quando se pensa em sustentabilidade, tendo em vista a concepção de longo prazo que o conceito traz em si (MEADOWS, 1998).

Esse trabalho não alcança as causas da orientação de curto prazo para questões que demandariam mais tempo, tais como aquelas referentes à cooperação que se encontram no cerne do conceito de APL. Contudo, pode-se sugerir que essa limitação esteja ligada a uma ou mais causas, tais como a descontinuidade da política, o prazo ligado ao orçamento federal (PPA), a definição de resultados finalísticos e a percepção da necessidade de se obter resultados com rapidez para estimular e desenvolver a prática de cooperação entre os empresários.

Poucos foram os projetos (total de três) que interligaram mais de uma dimensão da sustentabilidade em seus indicadores, colocando alguma das demais dimensões ao lado da econômica. Nos APLs da Costa dos Corais, das Lagoas e da Grande Florianópolis foram levadas em consideração dimensões sociais para a definição dos indicadores de resultados do APL, apontando a preocupação com renda média dos artesãos da região, aumento de postos de trabalho ou manutenção deles na baixa estação.

Como visto na revisão teórica sobre APLs, a dimensão institucional destaca-se dentro da lógica de promover desenvolvimento local baseado na cooperação e na territorialização, por isso foi incorporada ao escopo do trabalho. É interessante apontar que ela consta em apenas um dos APLs como indicador de resultado buscado, e está presente exatamente em um dos dois projetos que declarava ter como objetivo tornar o destino sustentável, o APL Costa dos Corais. Para a mensuração dessa dimensão foram utilizados como indicadores o número de associações criadas pelos artesãos da região e o número de associados de cada uma, aparentemente inspirado em Putnam (2006), gozando de suas mesmas limitações, amplamente discutidas pela literatura.

| APL | Indicadores | Escopo | |
|--------------------------|---|--------------------------------------|-------------|
| | | Dimensão | Prazo |
| Costa Leste | Fluxo turistas Média permanência Peças artesanato vendidas | Econômica | 2005 - 2007 |
| Pantanal Sul | Fluxo turistas Média permanência Peças artesanato vendidas | Econômica | 2005 - 2007 |
| Terra Cozida do Pantanal | Fluxo turistas Média permanência Peças artesanato vendidas | Econômica | 2005- 2007 |
| Bonito | Fluxo turistas Média permanência Eventos captados | Econômica | 2005-2006 |
| Costa dos Corais | Fluxo turistas Média permanência Renda média artesãos Aumento de postos de trabalho Taxa de ocupação Número de associações | Econômica Social Institucional | 2005-2007 |
| Região das Lagoas | Fluxo turistas Média permanência Renda média artesãos Empregos mantidos na baixa estação Padrão de qualidade serviços, produtos turísticos Número de associações | Econômica Social Institucional | 2005-2007 |
| Rota Missões | Ocupação hoteleira Novos produtos turísticos Fluxo turistas | Econômica | 2005-2007 |
| Serra Gaúcha | Ocupação hoteleira Faturamento das MPMEs Novos produtos turísticos Certificação hotéis | Econômica | 2005-2007 |
| Costa Esmeralda | Fluxo de turistas Ocupação hoteleira Demanda turística região sul | Econômica | 2005 |
| Grande Florianópolis | Fluxo turistas Ocupação hotéis Empregos mantidos na baixa estação | Econômica Social | 2005-2007 |

Quadro 3 – Indicadores do monitoramento de APLs de turismo no Brasil
Fonte: elaboração própria a partir de dados do SIGEOR (SEBRAE, 2006).

A dimensão ambiental não foi expressa por nenhum dos indicadores em nenhum dos projetos. Poder-se-ia inferir que, no caso da certificação de meios de hospedagem que o APL da Serra Gaúcha menciona, haja preocupações com questões ambientais, considerando que o programa de certificação brasileira mais comum para o setor engloba esse quesito. Entretanto, isso não pode ser afirmado com certeza, tendo em vista os dados disponibilizados pelo sistema, o que demonstra certa falta de visão global dos resultados quando consideradas as dimensões de sustentabilidade e o conceito que aborda a interação dinâmica entre homem e natureza.

Apesar de não constar entre os indicadores ou resultados esperados dos projetos, foram encontradas preocupações ambientais, institucionais e comunitárias nos focos estratégicos de seis dos dez projetos e/ou nas premissas que eles declaram, mas não nos resultados monitorados. Nesses tópicos são abordadas preocupações tais como: preservação de recursos naturais; melhoria de recursos construídos; associação de produção rural comunitária e turismo; busca por turismo sustentável; valorização das comunidades tradicionais e das identidades; conscientização comunitária para o turismo; preservação do meio natural; governança e integração de instâncias de governo.

Já nas premissas, ou seja, o que se presume dado para a condução do projeto, as condições econômicas continuam predominantes e são demonstradas acerca da manutenção das políticas macroeconômicas de câmbio e inflação, ao lado da expectativa de crescimento da renda média do brasileiro, expandindo o mercado turístico.

O fato de as questões ambientais serem tratadas como premissas, e não indicadores de resultados, leva a inferir que os APLs de turismo não demonstram envolvimento direto com essa dimensão, apesar de considerá-la relevante. Conforme Meadows (1998) e Van Bellen (2005), uma sociedade escolhe os indicadores de acordo com sua visão de mundo e aquilo que considera valioso.

No caso específico do turismo, algumas problemáticas podem ser colocadas ao redor da competitividade supostamente perseguida por esses resultados encontrados no monitoramento estudado e o inseparável padrão da sustentabilidade dos destinos turísticos. Afinal, em nada se garante que a experiência turística oferecida por um desses APLs, tão mais clara a situação quanto mais frágil for o ecossistema, se torna mais competitiva ao passo em que mais turistas são atraídos (fluxo), ou mais tempo eles permanecem no local.

A lógica pode ser inversa, sobretudo em destinos inerentemente voltados para um turismo mais próximo à natureza, mais quieto e exclusivo. A geração da competitividade pode exatamente ocorrer na medida em que se restringe o fluxo e a permanência, diminui os impactos negativos do comportamento dos turistas e, possivelmente, aumenta a renda vinculada à atividade e o contato sadio com a comunidade, o que poderiam ser considerados como padrões de sustentabilidade.

A idéia central que se coloca é de que ser competitivo no presente negligenciando a sustentabilidade do turismo pode degradar os atrativos e distorcer as vantagens competitivas que residem em produtos turísticos limpos e autênticos. Dependendo do modo a serem conduzidas as ações em busca de resultados positivos para os indicadores encontrados nos APLs de turismo analisados, pode ser exercida uma influência na contramão do que seria a proposta de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para um destino turístico.

7. Considerações Finais

Esse trabalho teve como objetivo verificar de que maneira indicadores de sustentabilidade são abordados no monitoramento de arranjos produtivos locais (APLs) de turismo no Brasil. Para isso, foram identificadas iniciativas de APLs de turismo no âmbito federal; apurados os indicadores empregados e analisados frente a categorias estabelecidas a partir dos Princípios de Bellagio.

Foi evidenciado que o desenvolvimento de arranjos produtivos locais é uma estratégia bastante cogitada no Brasil, o que pôde ser constatado pelo número de entidades que se dedicam ao trabalho com APLs e o destaque que vêm sendo dado ao assunto, não apenas para o setor do turismo, foco desse trabalho.

Apesar disso, constatou-se a disparidade entre o número de APLs conhecidos no Brasil, segundo as fontes oficiais consultadas, demonstrando falta de compartilhamento dos conceitos e resultando em dificuldade de pesquisa do tema. Foi possível apontar a falta de uniformização do que se entende por APL e também a ausência de metodologias para se trabalhar nessa lógica, o que pode ocasionar desperdícios de recursos, como alertado por Suzigan *et al.* (2003). Isso talvez seja o temido resultado do modismo do termo sugerido por Caporali e Volker (2004) ou apenas um momento de desafios impostos por uma nova forma de pensar a organização produtiva frente às necessidades de desenvolvimento regional.

Na revisão teórica do trabalho, foram enfatizados dois pontos: (1) APLs como estratégias e/ou políticas de desenvolvimento sustentável e (2) sistemas de monitoramento de sustentabilidade, com intenção de oferecer subsídios para a avaliação de políticas de desenvolvimento.

Os APLs surgem como estratégias ou políticas de desenvolvimento rumo ao desenvolvimento local/regional sustentável, tendo em vista a preocupação com a cooperação entre atores sociais, regionalização do desenvolvimento e potenciais benefícios apontados dessa organização produtiva tanto para as empresas quanto para as localidades. Assim, argumentos a favor de APLs se baseiam na promoção, regionalização e na interiorização do desenvolvimento, no empreendedorismo coletivo e na competitividade sistêmica que esses arranjos de produção podem fortalecer.

Quanto aos sistemas de monitoramento e indicadores de sustentabilidade, foram constatadas inúmeras propostas metodológicas na literatura e diversos documentos de alcance internacionais que discutem como trabalhar com indicadores frente ao desafio do desenvolvimento sustentável. Contudo, pouco conteúdo aplicado às necessidades dos citados arranjos.

A partir da análise realizada, os indicadores empregados no monitoramento dos APLs de turismo pelo Sebrae (2006) se mostraram bastante coerentes com os objetivos expressos pelos projetos individualmente e, simultaneamente, pouco vinculados com a noção sistêmica de sustentabilidade.

Os objetivos alegados e, conseqüentemente, os indicadores utilizados, não denotam capacidade de conduzir as localidades envolvidas nos APLs de turismo rumo a um desenvolvimento regionalizado e sustentável, como é marcante nos discursos que atestam essa política pública. Inferiu-se que o curto prazo e a dimensão econômica predominam no escopo da estratégia citada e que ainda apresenta pouco espaço para as interações entre as principais dimensões da sustentabilidade.

Merece destaque, o fato de que a dimensão ambiental não esteve presente em nenhum dos indicadores utilizados. Ainda que fossem considerados importantes para a elaboração de alguns focos estratégicos e premissas dos projetos, aspectos ambientais não tiveram prioridade, nem tiveram resultados ou indicadores que mostrassem um trabalho ativo sobre essa dimensão. Muitas vezes ela foi tratada como premissa, ou seja, condição dada para a existência do trabalho do APL e não como um espaço que interfere e sofre intervenções das atividades em andamento.

A simplificação excessiva de indicadores pode inviabilizar a conciliação entre competitividade e sustentabilidade. Possivelmente, a dificuldade em mensurar aspectos mais sutis dos resultados – como ganhos de capital social, melhoria da qualidade de vida, preservação cultural, entre outros – seja uma das explicações plausíveis para que uma estratégia aplicada em maior escala e com diversos pontos de intervenção territorial não conte com indicadores mais complexos, subjetivos ou que apresentem resultados apenas em mensurações repetidas em um horizonte temporal de longo prazo.

Categorias como esfera, dados e interface foram analisadas ao lado do escopo dos indicadores do sistema de monitoramento. A esfera dos indicadores utilizados no sistema é de alcance regional. Quanto aos dados, são empregados 13 indicadores diferentes entre os 37 encontrados, todos quantitativos, desagregados e com baixa padronização das informações disponibilizadas. Já a interface pode ser considerada padronizada, de fácil acesso e interpretação, atualizada e auto-explicativa, na maior parte dos casos. Essas três categorias podem ser tomadas como importantes para oferecer informações para a reorientação prática do monitoramento, ainda que ofereçam relativamente pouco subsídio a uma análise acadêmica mais densa.

Foram aferidos pontos positivos e negativos quanto ao monitoramento dos APLs em turismo investigados. Como vantagem do sistema de monitoramento em questão está a transparência em disponibilizar dados via internet na plataforma padronizada, de fácil interpretação e de acesso permitido a visitantes. Entretanto, existem desvantagens ligadas a ele como a estrita utilização de dados quantitativos, resultando em excessiva simplificação do monitoramento e reducionismo da noção de desenvolvimento e de sustentabilidade.

A julgar pelos resultados perseguidos que estão expressos nos indicadores de monitoramento, o enfoque continua centrado na noção de desenvolvimento sustentado em sentido estritamente econômico, e não sustentável em suas múltiplos aspectos, conforme conceituação de Sachs (2004), esvaziando a proposta central da estratégia de APLs.

Como limitações para essa pesquisa, estiveram a escassez de dados secundários sobre APLs de turismo e de literatura considerada crítica quanto aos APLs como política pública de desenvolvimento sustentável. Para estudos futuros, sugere-se verificar como o sistema de monitoramento de indicadores se comporta em APLs dos demais setores produtivos, a fim de investigar se em setores manufatureiros e industriais existe condução diferente em termos de indicadores de sustentabilidade. Ademais, a partir deste trabalho, serão conduzidos estudos de caráter propositivo para que questões de sustentabilidade possam figurar de modo consistente no sistema de monitoramento de APLs com contribuições advindas, principalmente, de pesquisas referentes à certificação do turismo sustentável.

8. Referências Bibliográficas

ALAGOAS. Plano APL Turismo Costa dos Corais: programa de mobilização para o desenvolvimento dos arranjos e territórios produtivos locais do estado de Alagoas. Maceió: 2006.

AMATO NETO, João. Redes de Cooperação Produtiva e *Clusters* Regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.

ANDION, Carolina. O Papel das Redes na Promoção do Desenvolvimento Local Sustentável. *In* Revista Saberes (CETead/CIRIEC), n. 0, p. 51-76, 2003.

BARBOZA, Luiz Carlos. Arranjos Produtivos Locais: uma estratégia de política industrial. *In* CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo (orgs). Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: projeto PROMOS – SEBRAE – BID versão 2.0. Brasília, Sebrae, 2004.

BARRET, J.; SCOTT, A. The Ecological footprint: A Metric for Corporate Sustainability. *In* Corporate Environmental Strategy, vol. 8, issue 4, 2001.

BECATTINI, Giacomo. Os Distritos Industriais na Itália. *In* COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander (orgs). Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da terceira Itália. 2ª. ed. Rio de Janeiro: SEBRAE, DP&A, 2002.

BNDES. Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento – versão preliminar. BNDES, Brasília, 2004. Disponível em www.bndes.gov.br. Acessado em 27/06/2006.

_____. Notícias: Governo abre no BNDES debate sobre apoio a Arranjos Produtivos Locais. Disponível em www.bndes.gov.br. Publicado em 12.09.05

BOSSEL, Hartmut. Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications. A report to the Balaton Group. IISD (International Institute For Sustainable Development Institut International Du Développement Durable), 1999.

BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 2ª ed. (Coleção Terra Mater).

CALLENS, Isabelle; TYTECA, Daniel. Towards indicators of sustainable development for firms: a productive efficiency perspective. *In* Ecological Economics, vol 28, 1999.

CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo (orgs). Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: projeto PROMOS – SEBRAE – BID versão 2.0. Brasília, Sebrae, 2004.

_____. Uma reflexão introdutória sobre o problema do tempo em projetos de desenvolvimento. Disponível em www.iadb.org/IDBDocs.cfm?docnum=1221966. Acessado em janeiro de 2008.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1999.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Maria Helena Martins. O Enfoque em sistemas Produtivos e Inovações Locais. *In* FISCHER, Tânia (org.). Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

_____. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Indústria Brasileira. Disponível em www.redesist.ufrj.br. Rio de Janeiro: 2004.

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Estudos temáticos e de futuro. Disponível em www.cgee.org.br. Acessado em junho de 2006.

COMISSION EUROPEA. Estructura, funcionamiento y competitividad del turismo europeo y de suas empresas. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2003. Disponível em <http://europa.eu.int>. Acessado em 20 de janeiro de 2005.

DUARTE, L. M. & WHERMANN, M. E. S. de F. Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios para o século XXI. Salvador. *In* Revista CAR, 2002.

HARDI, Peter.; ZDAN, Terrence. Assessing sustainable development: principles in practice. Winnipeg: IISD, 1997

HASTENREITER FILHO, Horácio Nelson; SOUZA, Camille Magalhães. Redes de Cooperação no Contexto das Políticas Públicas: Aspirações e Resultados dos Principais Programas Nacionais. Encontro Nacional de Administração Pública e Governança 2004, (Anais...), ANPAD, Rio de Janeiro, 2004.

IISD – INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. National Strategies for Sustainable Development: Challenges, Approaches, and Innovations Based on a 19-country Analysis. Canada: May, 2004

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. Bookman: Porto Alegre, 2001.

MAMBERTI, Marina; BRAGA, Roberto. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. I Seminário Internacional O Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas”. UNESP, Rio Claro, 19 a 21/05/2004, (Anais...)

MCT – MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLS). Disponível em www.mct.gov.br. Acessado em junho de 2006.

MDIC – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO EXTERIOR. Fóruns de Competitividade: diálogos para o desenvolvimento. Brasília, 2002.

_____. Arranjos Produtivos Locais. Disponível em www.mdic.gov.br. Acessado em junho de 2006.

MEADOWS, Donella. Indicators and Information Systems for sustainable Development: a report to the Balaton Group. September, 1998.

MERIGUE, Gearcarlo. O Desenvolvimento de arranjos produtivos locais no turismo: o caso da região turística da Costa Leste de Mato Grosso do Sul. *In* Caderno Virtual de Turismo, n. 15, março 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. Estimular o crescimento e aumentar a competitividade no Brasil: Além da política industrial e da terceirização da culpa. *In* Policy Paper, nº 23, janeiro de 1999. Disponível em www.meyer-stamer.de. Acessado em 03/03/2005.

MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Estudos de caso. Disponível em www.integracao.gov.br. Acessado em junho de 2006.

MOLINA-MORALES, Francisco X; HOFFMANN, Valmir E. Aprendizagem através de redes sociais: o efeito da proximidade geográfica. *In* Revista Inteligência Empresarial, [S.l]: [s.n], n.12, p. 4 – 11, julho de 2002

NSSD – NATIONAL STRATEGIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Disponível em www.nssd.org. Acessado em junho de 2006.

PAVLOVICH, Kathryn. The Evolution and Transformation of a Tourism Destination Network: the Waitomo Caves, New Zealand. *In Tourism Management*, vol. 24, p. 203-216, 2003.

POLLARD, Simon et al. Characterizing environmental harm: developments in an approach to strategic risk assessment and risk management. *In Risk analysis*, vol. 24, n 6, 2004.

PYKE, F.; SENGENBERGER, W. Los distritos industriales y las pequenas empresas: distritos industriales y regeneración económica local. v. III. Ministério de Trabajo y Seguridad Social: 1993.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006. 5ª. edição.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Brasília: PNUD, SEBRAE, 2002.

_____. Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SANTOS, Gustavo Antonio; DINIZ, Eduardo José; BARBOZA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. *In Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento – versão preliminar*. BNDES, Brasília, 2004.

SAWYER, Donald; LOURENÇO, José Seixas. Novos rumos para a pesquisa científica. *Revista SEBRAE*, n.2, dez., 2001, p.54-9.

SEBRAE. Termo de Referência para Atuação em APLS. Edição Sebrae: Brasília, 2003 (Série Documentos).

_____. Arranjos Produtivos Locais. Disponível em www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais. Acessado 17/02/2005a.

_____. Programa Turismo. Disponível em www.sebrae.com.br. Acessado em 17/09/2005b.

_____. SIGEOR. Disponível em www.sebrae.com.br. Acessado em julho de 2006.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João. Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas: Governança de sistemas de MPME em *clusters* Industriais. UFRJ. Rio de Janeiro: Setembro, 2002

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO; SAMPAIO, Sérgio. Sistemas Locais de Produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. XXXI Encontro Nacional de Economia – Porto Seguro, BA, 9 a 12 de dezembro de 2003 (Anais...)

TONEDO JR, Rudinei. Proposta para Avaliação dos Pólos de Desenvolvimento Integrado. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

UNIÃO EUROPÉIA. Carta Européia das Pequenas Empresas. Disponível em <http://europa.ue.int>. Acessado em 18 de janeiro de 2005.

UNEP - UNITED NATIONS ENVIROMENT PROGRAMME. Integrating sustainability into business: a management guide for responsible tour operations. Paris: 2005. Disponível em www.unep.fr. Acessado em janeiro de 2008.

UNIDO – UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION. Development of Clusters and Networks of SMEs: the UNIDO programme. UNIDO: Vienna, 2001.

VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VEIGA, José Eli da. Meio Ambiente e Desenvolvimento. São Paulo: Editora SENAC SP, 2006.

WANHILL, Stephen. Small and Medium Tourism Enterprises. *In Annals of Tourism Research*, vol. 27, n. 1, p. 132-147, 2000.

WTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION. Sustainable Development of Tourism Conceptual Definition. Madrid: 2004. Disponível em http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable. Acessado em agosto de 2007.